

ANC-CPEC X

POLÍTICA

ASS.
CONSTITUINTE
Divergências
provocam impasse
na Comissão
Provisória
Inconformado com decisões tomadas por Afonso Arinos, o jurista Miguel Reale abandonou a reunião que se realizava ontem no Rio.

O jurista Miguel Reale retirou-se ontem da reunião da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais em protesto contra equívocos cometidos, segundo ele. O ex-reitor da USP criticou especialmente a tendência estatizante da comissão que, para ele, em suas propostas econômicas e sociais, procura dar mais força à burocracia estatal.

Quando decidiu sair do salão do Hotel Glória, onde se realizava a reunião, Reale protestou contra a decisão da comissão de entrar em questões que para ele devem ser objeto de legislação ordinária e devem, ainda, refletir a situação de cada região do País.

O professor Cândido Mendes, o cientista Bolívar Lamounier e o secretário-geral da comissão, Ney Prado, procuraram imediatamente o jurista, que se confessava disposto a se desligar da comissão, e insistiram para que ele voltasse à reunião.

Ney Prado chegou até a argumentar que

ele deixaria um vazio, e que o presidente da comissão, Afonso Arinos, apresentava um pedido de desculpas pelo tratamento que possa ter sido dado ao ex-reitor, mas que não representava um desrespeito a sua pessoa. Por sua vez, o professor Cândido Mendes argumentou que a ausência de Reale comprometeria o "pluralismo" que se pretendia assegurar na comissão e sua própria representatividade.

Em um certo momento, Reale argumentou que preferia não falar muito naquele momento, porque estava presente um repórter, e não desejava que o problema se tornasse público. Cândido Mendes mostrou-se preocupado, enquanto Reale ainda se queixava das decisões da comissão, lembrando que, mesmo tomando a sua defesa publicamente, não poderia deixar de reconhecer seus equívocos.

Reale explica

"Minha retirada foi uma tomada de po-

sição muito clara, contra determinadas diretrizes que estão sendo adotadas e que considero altamente nocivas e prejudiciais ao País", disse Reale, que destacou os sacrifícios que vem fazendo para comparecer às reuniões da comissão.

"Há certas decisões que extrapolam o plano constitucional. O problema que acabou de ser discutido é um desses casos. Acredito que não devemos definir na Constituição a carga horária semanal do trabalhador, porque este é um assunto que deve ser deixado para ser decidido pelas livres convenções coletivas de trabalho", disse o jurista.

Para ele, "não se pode legislar ignorando a imensidão do território nacional, com todas as suas peculiaridades, e sem levar em conta o fato de que existem empresas que podem funcionar com o regime de 40 horas semanais e outras que seriam levadas a uma situação bastante grave".

O ex-reitor da USP protestou contra as

tentativas de reforçar o poder da burocracia estatal, e, em particular, contra propostas aprovadas pela comissão, como a que permite a desapropriação de empresas agrícolas, mesmo cumprindo suas obrigações fiscais.

Para o jurista, as propostas para uma nova Constituição devem procurar permitir o progresso social sem fortalecer demasiadamente o poder estatal nem afrontar o princípio da prioridade. Ele pretende, nas próximas reuniões da Comissão — às quais comparecerá — dar prosseguimento à defesa de teses neo-liberais, como as classificou ontem.

Estas teses, para Reale, procuram compatibilizar o desenvolvimento social e a reordenação político-institucional do País, sem a necessidade de dar ao Estado um poder que ele não tem nas democracias. O jurista disse que não pretende mudar o regime político do País, mas sim preservar a democracia, aperfeiçoando-a.